



Seminário discute reforma do Código de Processo Penal e poder investigatório do Ministério Público

Pág. 02

AUXÍLIO-MORADIA

Ajuda de custo para moradia: novas rodadas de negociações foram realizadas



Pág. 04

CONSELHO DELIBERATIVO

Comissões nacionais são destaque da reunião do conselho deliberativo



Pág. 05

ELEIÇÕES 2018

Representantes dos servidores públicos e campanhas sobre importância do voto mobilizam entidades



Pág. 07

Seminário discute reforma do Código de Processo Penal e poder investigatório do Ministério Público



Durante seminário realizado no dia 23 de maio na Câmara dos Deputados, foi discutida a reforma do Código de Processo Penal (CPP) - PL 8045/2010. O presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, e o secretário-geral, Elísio Teixeira, participaram do evento. Também estiveram presentes os presidentes das Associações do Ministério Público do Acre (Ampac), Francisco Maia Guedes, e do Paraná (APMPPR), Cláudio Franco Félix.

Os promotores de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni (SP) e Rodrigo da Silva Brandalise (RS) foram indicados pela CONAMP para serem palestrantes no seminário. Eles participam de grupo de trabalho no âmbito

da entidade que analisa o relatório preliminar do CPP a fim de contribuir com o aperfeiçoamento legislativo do texto apresentado.

Marcelo Mendroni, alertou que o relatório preliminar está “exageradamente garantista”. “Estamos perdendo a oportunidade de tornar o CPP mais avançado e mais voltado para os interesses da sociedade”, disse. O promotor exemplificou apontando diversos dispositivos que burocratizam o CPP, como o impedimento de iniciativas próprias do juiz em busca da verdade real; restrição de uso de provas legais produzidas durante a investigação; especificação do momento de início do ato da investigação; entre outros.

Sobre a investigação criminal realizada pelo Ministério Público, Marcelo Mendroni lembrou das passeatas populares contra a PEC 37 em 2013. “O MP investiga com absoluto sucesso. E esse é um desejo da sociedade”. Doutor no tema, o promotor acrescentou, portanto, que o poder investigatório do MP não pode ser subsidiário à investigação das polícias.



Ainda em relação ao tema, Rodrigo Brandalise falou que, de acordo com o texto do relatório preliminar da reforma do CPP, o promotor terá que produzir provas sobre o direito de investigar e depois sobre o direito de acusar. E alertou que, pelo projeto de lei, “a investigação do MP só poderá ser feita se demonstrado fundado risco de abuso de poder, mas não pela inércia da polícia, já que o relatório também prevê que a investigação policial não finalizada em 2 anos deverá ser arquivada”. Ele defendeu que o CPP seja elaborado “tendo em vista os interesses da coletividade e da comunidade, sendo que a causa de arquivamento citada mostra que o futuro CPP não se preocupa com a proteção insuficiente da sociedade.”

Brandalise também indicou diversas incongruências entre os princípios adotados no projeto de lei e o próprio texto apresentado. Sobre o inquérito policial, o promotor destacou a previsão de que todas as garantias fundamentais sejam aplicadas nesta fase, mas que, conforme o substitutivo do PL 8045/2010, o juiz somente poderá tomar decisões com base nas provas judiciais. O texto não faz ressalva às provas cautelares e irrepetíveis que foram elaboradas na investigação. “Qual o sentido de se dar toda relevância se o material que se produzirá no inquérito poderá ser desprezado pelo juiz?”, questionou.



“*O MP investiga com absoluto sucesso. E esse é um desejo da sociedade.*”

Marcelo Batlouni Mandroni
Promotor de Justiça (SP)

“*Qual o sentido de se dar toda relevância ao inquérito se ele poderá ser desprezado pelo juiz?*”

Rodrigo da Silva Brandalise
Promotor de Justiça (RS)

O promotor do Rio Grande do Sul abordou também a possibilidade de inserir na reforma do CPP aspectos da Justiça restaurativa. “A Justiça restaurativa surgiu para a vítima,

não para o acusado. Não é medida de desencarceramento, é inclusão da vítima dentro do processo penal”, declarou.

Mudança no CPP

Atualmente, o texto em discussão é o relatório preliminar apresentando no dia 18 de abril pelo relator-geral da comissão especial da Câmara, deputado João Campos (PRB/GO).

A CONAMP continua mobilizada e acompanha as discussões e tramitação da reforma do CPP. Além de buscar contato com diversos parlamentares para debater pontos de aperfeiçoamento do projeto legislativo, a entidade também trabalha em parceria com a Frente Parlamentar de apoio à adoção da Polícia de Ciclo Completo no Brasil e o Gabinete Integrado de Segurança Pública.

Novos estudos institucionais técnicos sobre o novo CPP estão em fase de elaboração e serão entregues à comissão especial da Câmara.



Ajuda de custo para moradia: novas rodadas de negociações foram realizadas

Em maio, o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, participou de dois encontros da Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU), nos dias 8 e 22.

Desde o início dos trabalhos, a CONAMP vem defendendo que “se amplie o escopo do procedimento, inicialmente previsto para tratar com exclusividade do auxílio-moradia, para construção de um novo modelo remuneratório, nacional e unificado, que contemple ativos e aposentados”, conforme declara o presidente Victor Hugo.



Ao total, já foram cinco encontros da AGU com representações das entidades de classe. Após a primeira fase, de instalação da Câmara, iniciou-se a fase de

instrução, na qual todas as partes legitimadas estão sendo ouvidas, conjunta e separadamente. Para o mês de junho estão previstas duas novas rodadas de negociação.

Memória

A Câmara de Conciliação da Administração Federal iniciou as atividades no dia 3 de abril após a decisão do ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal em remeter os processos sobre o pagamento da ajuda de custo para moradia (AO 1773, AO 1946, ACO 2511, e ADI 5645).



NOTA PÚBLICA

Associações repudiam
declarações do ministro Gilmar
Mendes contra juízes e membros
do Ministério Público



Comissões nacionais são destaque da reunião do conselho deliberativo

No dia 16 de maio, foi realizada a III reunião ordinária do conselho deliberativo da CONAMP, biênio 2018/2020, em Brasília no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Foi aprovada a criação de uma comissão nacional de mulheres. A medida atende a manifestações encaminhadas à CONAMP por promotoras e procuradoras de Justiça associadas e segue uma tendência adotada por associações afiliadas. O primeiro passo para a concretização da iniciativa é a indicação das representantes oficiais a ser realizada pelos presidentes das entidades afiliadas.

Também já está oficializada a comissão nacional de aposentados para acompanhar pautas de interesse. Foi aberto prazo para que os presidentes das afiliadas indicassem representantes e em breve será marcada a primeira reunião, ocasião em que serão definidos os nomes para coordenar e secretariar os trabalhos.



Dois representantes participaram da reunião da CONAMP: Luiz do Amaral, do Paraná, e Marluce Aparecida Barbosa Lima, do Distrito Federal. Além de apresentarem diversas reivindicações e angústias dos membros inativos do Ministério Público, eles entregaram ao presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, uma carta-manifestação sobre a importância de assegurar o direito a uma remuneração digna aos membros inativos e também expressa preocupação com os trabalhos realizados perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Administração-Geral da União (AGU), na qual se discute a ajuda de custo para moradia.

Durante o encontro, o presidente Victor Hugo reafirmou o com-

promisso da CONAMP com os colegas aposentados. Em sua fala, o presidente destacou que “em conformidade com o pensamento do Conselho Deliberativo da entidade,



nosso compromisso é defender que as negociações na AGU contemplem a construção de um modelo remuneratório para juízes e membros do MP, nacional e unificado, que atenda ativos e aposentados, e que preserve a dignidade do exercício destas funções de Estado”. Victor lembrou ainda esse compromisso não é só da CONAMP, mas de toda a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

O conselho deliberativo discutiu ainda proposições legislativas sobre o CPP, execução provisória



da pena em segunda instância, foro por prerrogativa de função, reforma do Código Penal, regulamentação do teto remuneratório, recomposição das perdas inflacionárias do subsídio, lei de execuções penais, acordo de leniência, Lei de Improbidade Administrativa, entre outras.

Planejamento Estratégico Nacional

O conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e presidente da Comissão de Planejamento Estratégico Nacional (CNMP/CPE), Sebastião Caixeta, participou também da reunião da CONAMP para apresentar o projeto

de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro. O objetivo é ampliar a participação e elaborar um planejamento estratégico efetivo.

Após a apresentação detalhada dos instrumentos e fases previstas, os integrantes do conselho deliberativo fizeram considerações a fim de contribuir para a eficácia da iniciativa, destacando a necessidade de que sejam consideradas as diferenças regionais entre os MP dos Estados. Até o momento, 3.705 pessoas já participaram. Além dos membros do Ministério Público, qualquer cidadão pode contribuir.



Responda ao questionário e ajude o Ministério Público a mudar a realidade de muitas pessoas

SAIBA MAIS >>

Representantes dos servidores públicos e campanhas sobre importância do voto mobilizam entidades

Em maio, a CONAMP participou de reuniões sobre as eleições que ocorrem em outubro deste ano. No Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o debate principal foi quanto aos candidatos comprometidos com o fortalecimento do serviço público e com as pautas alinhadas aos direitos dos trabalhadores. O Fonacate inclusive publicou uma “Carta de Princípios”.

Dentro dos limites da legislação eleitoral, as entidades discutiram estratégias para apoiar a formação de uma bancada suprapartidária, formada por parlamen-

tares que subscrevam as linhas gerais defendidas na Carta.

Voto consciente

Já no âmbito do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a temática em destaque foi a conscientização da importância do voto. Diversas iniciativas estão em fase de elaboração.

Também a criação de novo compilado de medidas de combate à corrupção foi discutido. A Transparência Brasil, com a FGV Direito Rio e a FGV Direito São Paulo, definiriam 84 sugestões de normas (projetos de lei, propostas



de emenda constitucional e resoluções) que pretendem aperfeiçoar o sistema jurídico brasileiro e aumentar a efetividade do combate à corrupção. O pacote é a compilação de experiências bem-sucedidas em mais de 100 países e de soluções desenvolvidas no Brasil.

Carta de princípios do Fonacate

Candidato se compromete, caso eleito, a exercer o mandato parlamentar observando as seguintes diretrizes traçadas:

- » Defesa da revisão da Emenda Constitucional 95/2016, para ampliar o espaço fiscal no Orçamento da União> Manutenção do Estado de bem-estar social inscrito na Constituição de 1988> Diminuição dos cargos de livre nomeação e ampliação da participação de concursados em funções estratégicas;
- » Defesa de um sistema tributário progressivo, com redução de impostos sobre o consumo, tributação de distribuição de lucros e dividendos, e equidade para os trabalhadores, inclusive com correção real da tabela do Imposto de Renda;
- » Defesa de que cargos públicos com atribuições definidas em lei não possam ser ocupados por trabalhadores terceirizados;
- » Defesa da estabilidade no serviço público como instrumento de proteção do Estado diante da discricionariedade da agenda política dos governos;
- » Defesa da profissionalização no serviço público, por meio de concursos periódicos, estruturação de carreiras e capacitação permanente> Defesa da plena implementação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical no serviço público> Defesa dos direitos previdenciários vigentes dos servidores públicos ativos e inativos e pensionistas;
- » Manutenção do poder aquisitivo da remuneração ou do subsídio dos servidores públicos.

Presidente do Senado recebe Frente Associativa da Magistratura e do MP



[| Leia mais](#)

Ministro do STJ recebe integrantes da CONAMP



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de posse da nova diretoria da Associação do MP do Rio Grande do Norte



[| Leia mais](#)

Diretor da região sul participa de curso em Roma sobre crime organizado



[| Leia mais](#)

Realizado o IV Torneio do Nordeste de Futebol Society do Ministério Público



[| Leia mais](#)

CONAMP prestigia abertura do XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados



[| Leia mais](#)

MOÇÃO DE PESAR

CONAMP publica moção de
pesar pelo falecimento de
Oscar Xavier e Rufílio Torres

Acompanhe nossas
redes sociais!



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356